



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

*Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira*

Informativo 203/2019 – CONOF/CD

Brasília, 29 de novembro de 2019.

**Assunto:** derrubada de veto presidencial aposto ao dispositivo relativo ao Fundo Eleitoral (inciso II do art. 16-C da Lei nº 9.504/1997), alterado pela Lei nº 13.877, de 27 de setembro de 2019.

### 1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS E SÍNTESE DA ALTERAÇÃO

Por meio da solicitação 1844/2019, a Liderança do Partido Novo solicita avaliação da CONOF a respeito do inciso II, do art. 16-C, da Lei 9504/1997, que trata dos recursos que constituem o Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC). Esse dispositivo foi vetado pelo Presidente da República, mas esse Veto foi rejeitado pelo Congresso Nacional na Sessão realizada em 27/11/2019.

Gostaríamos de saber as seguintes questões:

1 - A rejeição desse Veto implicou em retirada de um limite mínimo antes previsto para FEFC?

2 - A rejeição desse Veto implicou em aumento do FEFC?

3 - A nova legislação permite que seja enviado ao Congresso um montante para o FEFC inferior ao que a legislação anterior determinava?

Em 27 de setembro de 2019, a Lei nº 13.877 foi sancionada e promulgada com vetos pelo Presidente da República. Um desses vetos foi aposto ao inciso II do art. 16-C da Lei nº 9.504, de 1997, cuja redação havia sido alterada pela Lei recém aprovada pelo Congresso Nacional.

Inicialmente, transcrevemos o inciso II do art. 16-C da Lei nº 9.504/1997, redação dada pela Lei 13.487, de 8 de agosto de 2017, vigente anteriormente (que permaneceria em vigor em caso de manutenção do veto); a redação aprovada pelo Congresso Nacional e alterada pela Lei nº 13.877, de 27 de setembro de 2019 (que entrará em vigor com derrubado o veto); e as razões do veto:



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

*Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira*

### **Redação Lei 13.487, de 8 de agosto de 2017:**

Art. 16-C. O Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) é constituído por dotações orçamentárias da União em ano eleitoral, **em valor ao menos equivalente:**

I - ao definido pelo Tribunal Superior Eleitoral, a cada eleição, com base nos parâmetros definidos em lei;

II - **a 30% (trinta por cento) dos recursos da reserva específica de que trata o inciso II do § 3º do art. 12 da Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017.** (grifo é nosso)

### **Redação alterada pela Lei nº 13.877, de 27 de setembro de 2019 (com dispositivo vetado):**

Art. 16-C. O Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) é constituído por dotações orçamentárias da União em ano eleitoral, **em valor ao menos equivalente:**

I - ao definido pelo Tribunal Superior Eleitoral, a cada eleição, com base nos parâmetros definidos em lei;

II - **ao percentual do montante total dos recursos da reserva específica a programações decorrentes de emendas de bancada estadual impositiva, que será encaminhado no projeto de lei orçamentária anual.** (grifo é nosso)

### **Razões do veto:**

“A propositura legislativa, **ao retirar o limite de 30% atualmente vigente, acaba por aumentar despesa pública, sem o cancelamento equivalente de outra despesa obrigatória** e sem que esteja acompanhada de estimativa do seu impacto orçamentário e financeiro, o que viola o art. 113 da ADCT, o art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como o art. 114 da LDO para 2019”.

## **2. RESPOSTAS AOS QUESITOS DA SOLICITAÇÃO**

### **2.1. - A rejeição desse Veto implicou em retirada de um limite mínimo antes previsto para FEFC?**

O montante originalmente previsto pela Lei 13.487, de 8 de agosto de 2017, quando da criação do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) na Lei das Eleições (Lei nº 9.504/1997) configurava um piso mínimo a ser alocado pelo Poder Executivo no projeto de lei orçamentária nessa



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

*Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira*

despesa obrigatória e não um teto, que poderia ser proposto a maior ou aprovado com recursos adicionais pelo Congresso Nacional.

Tal fato decorre da própria redação da Lei do **caput** do art. 16-C, que prevê um “**valor ao menos equivalente**”, que se manteve intacto, assim como os recursos previstos no seu inciso I, relativos a queda da renúncia de receita das inserções de propaganda dos partidos, que foram reduzidas.

Assim sendo, **com a derrubada do veto** relacionada o inciso II da referida lei **retira o valor obrigatório (piso mínimo) que seria no orçamento federal, de pelo menos R\$ 1,7 bi, corrigido pelo INPC**, nos termos do art. 3º da Lei nº 13.488/2017<sup>1</sup>.

Tal piso derivava de um montante fixo em relação às emendas de bancada 30% da “reserva específica” (emendas de bancada) da LDO de 2017, que tinha apenas a função de servir como valor de referência para que o Poder Executivo observe tal montante quando do encaminhamento da proposta orçamentária ao Congresso. No entanto não vinculava a apresentação de emendas para tal fim como também não impedia.

### 2.2. A rejeição desse Veto implicou em aumento do FEFC?

O Presidente da República em seu veto assevera que a proposição “ao retirar o limite de 30% atualmente vigente, acaba por aumentar despesa pública, sem o cancelamento equivalente de outra despesa obrigatória”.

A **justificativa não é estritamente correta**, uma vez que tal **aumento não seria uma decorrência automática da retirada do percentual**.

Com a rejeição (derrubada) do veto, o inciso II do art. 16-C não faz mais alusão ao montante mínimo referenciado à LDO de 2017 e sim ao **percentual do montante** total dos recursos **da reserva específica** a programações decorrentes **de emendas de bancada estadual impositiva**, que será encaminhado no projeto de lei orçamentária anual. Embora não esteja expresso na Lei, o percentual a incidir sobre as emendas de bancada passaria a ser definido na LDO do ano eleitoral para que seja encaminhado no projeto de lei orçamentária.

---

<sup>1</sup> Lei nº 13.487/2019 – art. 3º - O valor a ser definido pelo Tribunal Superior Eleitoral, para os fins do disposto no inciso I do **caput** do art. 16-C da Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, será equivalente à somatória da compensação fiscal que as emissoras comerciais de rádio e televisão receberam pela divulgação da propaganda partidária efetuada no ano da publicação desta Lei e no ano imediatamente anterior, atualizada monetariamente, a cada eleição, pelo Índice Nacional de Preços ao



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

*Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira*

Nestes termos, **há um risco potencial de aumento da despesa, caso o Congresso fixe na lei de diretrizes orçamentárias** (por exemplo na LDO para 2022) **um percentual que implique um montante superior ao previsto anteriormente ou amplie recursos FEFC no quando da aprovação da lei orçamentária anual.** Tal risco já estava presente e permanece via disposição do caput (valor ao menos equivalente) Caso isso venha a acontecer, a hipótese exposta no veto (aumento da despesa) restaria concretizada.

### **2.3. A nova legislação permite que seja enviado ao Congresso um montante para o FEFC inferior ao que a legislação anterior determinava?**

A **nova legislação** permite também a **redução da despesa**, caso percentual estabelecido nas diretrizes orçamentárias corresponda a montante inferior à legislação alterada ou mesmo defini percentual ínfimo ou 0, de modo que apenas os recursos relacionados à renúncia relacionada ao inciso I do art. 16-C seriam previstos no orçamento federal.

Ainda assim, o Congresso Nacional teria a possibilidade durante a tramitação e aprovação da lei orçamentária anual de alocar recursos adicionais do FEFC.

**Ricardo Alberto Volpe**

**Consultor de Orçamento e Fiscalização Financeira**